



Mário Abrantes

Procedimentos administrativos, fontes externas, queda do governo, cálculos, Tribunal de Contas, União Europeia, Governo da República, etc., etc.

Peço imensa desculpa, caro Leitor, por estampar esta semana, na minha habitual crónica neste jornal, um título tão extenso. Mas parece-me ser a única forma de introduzir alguma objetividade naquilo que trago para lhe dizer.

São tantas as culpas que o atual governo regional e a maioria (incluindo os ultra-direitistas) que o apoia, atribuem aos outros, escondendo as suas, que se ocultasse alguma das principais, estaria injustamente a inocentar de alguma forma esse governo.

Comecemos pelo flagrante exemplo do parente mais empobrecido, maltratado e desprezado da nossa economia, apesar da importante riqueza que cria e dos opíparos negócios que proporciona a alguns, mas não à esmagadora maioria dos produtores e consumidores: o setor das pescas. Sempre o último a ser tomado em verdadeira consideração pelos governos (atual e anteriores), este setor tem vindo desde há mais de dez anos, segundo o seu sindicato representativo, a sofrer acentuadas quebras de rendimento na proporção inversa em que têm vindo a subir os preços do peixe nas nossas bancas.

Numa excelente reportagem do telejornal da RTP-Açores do passado domingo, às perguntas do jornalista, o Secretário Regional do Mar e Pescas viu-se aflito para se desculpar das responsabilidades do governo quanto aos incompreensíveis atrasos nos instrumentos compensadores da perda de rendimentos a que os pescadores têm direito há muito e para os quais inclusivamente descontam direta ou indiretamente. Assim pudemos ouvir que o Fundo Pescas, o fundo de apoio aos seguros e o desconto dos combustíveis, que habitualmente já estariam a ser pagos por esta altura, não foram pagos até agora devido à necessidade de

avaliação de “fontes externas”, “procedimentos administrativos” muito demorados, “cálculos complexos” e ainda, pasme-se, “devido à queda do governo” em Dezembro de 2023. Mesmo o apoio do programa PO-SEIMA, o único que já foi pago, foi feito com um ano de atraso...

Entretanto, junto com os aumentos dos preços da energia, já está consagrada uma subida fiscal fixa no preço dos combustíveis nos Açores para este ano, segundo a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, por culpa dos “recálculos impostos pelo Tribunal de Contas”...

O novo porto das Lages das Flores está atrasado por culpa da falta de participação dos governos da República...

A necessidade de privatização da SATA Internacional, agora adicionada da privatização do Handling, é por culpa da União Europeia...

Parece então que temos um governo que simplesmente não governa e se limita a aplicar ordens de outros. Ou então, e em primeiro lugar, poderemos estar perante uma enormidade de desculpas para encobrir uma atual e delicada situação financeira (e/ou de tesouraria) nos cofres da Região. A mesma situação que explicaria, no meio de tanta confusão de passa-culpas, os atrasos nos pagamentos do Governo Regional à SATA, relativos à tarifa Açores.

Em segundo lugar: Quando, por más políticas de gestão, escasseiam as verbas para as despesas públicas, em lugar do governo ir em cima dos benefícios fiscais ou dos lucros excedentários dos que mais têm, prefere adiar ou até cortar os apoios aos rendimentos daqueles que, mesmo trabalhando no duro, não ganham o suficiente para ter uma vida com o mínimo de dignidade.



Hugo Almeida *

Grátis? Só as Promessas!

“Quando se promete tudo de graça a todos, acabamos todos sem nada pagando tudo”

Em cada ciclo eleitoral, e aparentemente o das autárquicas já se iniciou, assistimos ao desfile de promessas feitas pelos mais variados partidos e candidatos, muitas vezes repletas de um único denominador comum: é grátis. Mas o que se apresenta como um presente generoso para o eleitorado esconde um preço alto que todos, sem exceção, acabam por pagar.

Quando um político promete gratuidade – seja em serviços, apoios, ou infraestruturas – é importante lembrar que o dinheiro para financiar tais medidas não nasce de uma árvore. Ele é retirado dos impostos pagos pela população, das empresas e da economia como um todo. E quanto mais prometem dar, mais pesado se torna o sistema. As verdadeiras vítimas de tais promessas acabam por ser aqueles que produzem, trabalham e empreendem, sufocados por uma carga fiscal exorbitante. Resumindo, o que é “dado de graça” pelo político são apenas algemas com emburralho.

Para agravar a situação, muitas vezes estas promessas exageram na intenção de agradar a todos, mas ignoram a sustentabilidade económica e a complexidade das soluções e, por consequência, comprometem o futuro, colocando um peso nos ombros das futuras gerações que não tiveram sequer a oportunidade de decidir ou tão pouco de se manifestar sobre o tema.

As promessas fáceis têm outra faceta perversa: estimulam a depen-

dência em relação ao Estado. Quando tudo parece estar ao alcance com uma assinatura ou um subsídio, inibe-se o espírito empreendedor e a capacidade de criação de riqueza. Quem paga o preço dessa cultura do “grátis” é a sociedade como um todo, condenada a um crescimento estagnado e à ausência de inovação.

Quando é que rompemos com este ciclo perverso? Políticas que estimulam a liberdade económica, reduzem a burocracia e promovem a responsabilidade individual podem trazer muito mais prosperidade do que qualquer promessa de “oferta gratuita”. A verdadeira riqueza nasce quando as pessoas são livres para investir, construir e crescer sem serem sobrecarregadas pela intervenção excessiva do Estado.

Cabe ao eleitor olhar além das palavras e exigir propostas concretas, sustentáveis e alinhadas com os princípios de uma economia que privilegia o esforço e a criação de valor. Não é fácil resistir ao encanto das promessas gratuitas, mas apenas assumindo esta postura é que se poderá construir uma sociedade realmente livre, onde o progresso não dependa da boa vontade do poder público, mas da iniciativa de cada cidadão.

Grátis? Que fiquem só as promessas, porque os resultados dependem de trabalho, dedicação e liberdade para criar. É fácil, eficaz e Liberal.

* Gestor Operacional e Coordenador Iniciativa Liberal Açores